

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.339 - SC (2018/0346388-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : SEBASTIAO CORNELSEN
ADVOGADOS : FRANCISCO VITAL PEREIRA - SC002977
ACACIO PEREIRA NETO E OUTRO(S) - SC026528

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. SÚMULA 284/STF. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. CRITÉRIO DA HABITUALIDADE. SÚMULA 282/STF. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DE MOTORISTA DE CAMINHÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou seguimento ao seu recurso especial, ante ao óbice da Súmula 7/STJ.

Em sua minuta de agravo, sustenta o agravante que a análise do pleito recursal não enseja o reexame do conjunto probatório dos autos.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial transcorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE DE AGIR. MOTORISTA DE CAMINHÃO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS.

1. Tratando-se de pedido de revisão de benefício, por fundamento que já poderia haver sido examinado por ocasião do pedido administrativo de concessão, não se mostra cabível, no caso, a reforma da sentença para o fim de extinguir-se o processo sem exame do mérito pela ausência de prévio requerimento administrativo.

2. Até 28/04/1995 é admissível o reconhecimento da especialidade por categoria profissional ou por sujeição a agentes nocivos, aceitando-se qualquer meio de prova (exceto para ruído); a partir de 29/04/1995 não mais é possível o enquadramento por categoria profissional, devendo existir comprovação da sujeição a agentes nocivos por qualquer meio de prova até 05/03/1997 e, a partir de então, por meio de formulário embasado em laudo técnico, ou por meio de perícia técnica.

3. O entendimento firmado por esta Corte é no sentido da possibilidade

de reconhecimento do caráter especial do motorista de caminhão após 28/04/1995, em face da penosidade da atividade exercida em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

4. Uma vez exercida atividade enquadrável como especial, sob a égide da legislação que a ampara, o segurado adquire o direito ao reconhecimento como tal e ao acréscimo decorrente da sua conversão em tempo de serviço comum no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

5. Com relação ao termo inicial da revisão, deve retroagir à data da concessão do benefício, porquanto se tem, no caso, o reconhecimento tardio de um direito anteriormente incorporado ao patrimônio jurídico do segurado.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, alega violação do artigo 1.022 do CPC/2015, uma vez que houve omissão quanto à habitualidade da exposição do segurado aos agentes nocivos. Acrescenta que houve ofensa aos artigos 57 e 58 da Lei 8.213/1991, defendendo que não houve comprovação da habitualidade e efetividade da exposição a agentes nocivos.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão vergastado.

Noticiam os autos que Sebastião Cornelsen ajuizou ação previdenciária em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria especial.

A sentença julgou o pedido improcedente.

Sebastião Cornelsen apelou, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

No que se refere à alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o recorrente, ora agravante, não questionou a omissão quanto à questão da habitualidade da exposição ao agente nocivo em sede de embargos de declaração perante o Tribunal de origem. Ressalte-se que a decisão proferida em tal ocasião não se manifestou sobre as supostas omissões apontadas em recurso especial pelo recorrente. Por tal razão, mostra-se deficiente a fundamentação recursal.

Aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A corroborar esse entendimento, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR OMISSÃO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Os embargos de declaração representam o meio adequado a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes na decisão

agravada. Não opostos os competentes embargos, a análise da pretensão de nulidade da decisão encontra o óbice contido na Súmula 284 do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ).

3. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.175.224/MT, Quarta Turma, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 6/11/2018, DJe 13/11/2018)

Rejeita-se, portanto, a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015.

Por outro lado, observa-se que não houve pronunciamento do Tribunal de origem acerca da possibilidade de habitualidade da exposição ao agente nocivo e questão não foi oportunamente questionada em sede de embargos de declaração perante o Tribunal de origem.

Portanto, desatendido o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282/STF.

A questão derradeira a ser dirimida corresponde ao reconhecimento de tempo especial no período posterior ao advento do Decreto 2.172/1997.

A jurisprudência do STJ, na linha de entendimento da Súmula 198 do extinto Tribunal Federal de Recursos, firmou-se no sentido de que o rol de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física descritas pelos Decretos 53.831/1964, 83.080/1979 e 2.172/1997 é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissível, portanto, que atividades não elencadas no referido rol, sejam reconhecidas como especiais, desde que tal situação seja devidamente demonstrada no caso concreto.

Dispõe a Súmula 198 do extinto Tribunal Federal de Recursos *in verbis*: atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento.

Logo, sendo o rol de atividades especiais meramente exemplificativo, pode o Magistrado reconhecer como especiais atividades que não estejam previstas de forma expressa nos Anexos dos Decretos regulamentares, se devidamente comprovado o desempenho da atividade laboral nociva.

Nesse sentido, a orientação firmada pelo STJ em sede de julgamento de recurso representativo de controvérsia:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ATIVIDADE ESPECIAL. AGENTE ELETRICIDADE. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGENTES PREJUDICIAIS NÃO PREVISTOS. REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUPORTE TÉCNICO MÉDICO E JURÍDICO. EXPOSIÇÃO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE (ART. 57, § 3º, DA LEI 8.213/1991).

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela autarquia previdenciária com o escopo de prevalecer a tese de que a supressão do agente eletricidade do rol de agentes nocivos pelo Decreto 2.172/1997 (Anexo IV) culmina na impossibilidade de configuração como tempo especial (arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991) de tal hipótese a partir da vigência do citado ato normativo.
2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ.
3. No caso concreto, o Tribunal de origem embasou-se em elementos técnicos (laudo pericial) e na legislação trabalhista para reputar como especial o trabalho exercido pelo recorrido, por consequência da exposição habitual à eletricidade, o que está de acordo com o entendimento fixado pelo STJ.
4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.
(REsp 1.306.113/SC, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 14/11/2012, DJe 7/3/2013)

No presente caso, o voto condutor do acórdão recorrido reconheceu, por meio de laudo pericial, a especialidade da atividade laboral submetida à nocividade, confira-se *in verbis*:

Pugna o apelante o reconhecimento da atividade especial no período de 06/03/1997 a 06/10/2000 laborado na função de motorista de caminhão nas empresas Transportes e Serviços Olsen Ltda. e Elton Olsen.

De acordo com o laudo pericial de fls. 153/161, a atividade do autor consistia no transporte de toras de madeira de Três Barras para Rio Negrinho/SC, Ponta Grossa/PR, Fazenda Rio Grande/PR, Pien/PR e também na região de Três Barras/SC.

O laudo também destaca que o veículo conduzido pelo autor era de grande porte, pois tinha a finalidade de transportar toras de madeira. Registra, também, que a atividade cumprida pelo segurado pode ser considerada periculosa pelo movimento intenso e pelas condições das estradas municipais, estaduais e federais, bem como pelo elevado risco de sequestros e assaltos. (...) O Segurado sofria com penosidade, pois tinha que cumprir horário de carregamento e entrega de toras de madeira, com isto viajava à noite, tinha pouco tempo para fazer as refeições e para o descanso (fls. 154 e 155).

A atividade de motorista de caminhão está prevista como especial no código 2.4.4 do Decreto nº 53.831/64 (TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - motorneiros e condutores de bondes, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas e ajudantes de caminhão). Assim, até 28/04/1995, é possível o reconhecimento da especialidade das atividades do autor.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento. E, quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85 do CPC/2015 combinado com o Enunciado Administrativo 7/STJ, majoro os honorários de advogado para 11% sobre o valor da

condenação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

